AS MACROTENDÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL APRESENTADAS PELA SECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL (SQA) NO RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE AMBIENTAL DO MUNICIPIO DE PELOTAS (RAMB)

AGUINALDO DIDIO PISKE[1]; ANDRÉA SOUZA CASTRO[2]; LUCIARA BILHALVA CORRÊA[3]

[1]Universidade Federal de Pelotas – aguinaldo.piske@gmail.com
[2]Universidade Federal de Pelotas– andrea.castro@ufpel.edu.br
[3]Universidade Federal de Pelotas – luciarabc@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho relaciona-se a uma parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAmb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O projeto visa analisar as políticas públicas de Educação Ambiental (EA) desenvolvidas pela Secretária de Qualidade Ambiental (SQA) do município de Pelotas, RS.

A Lei nº. 3.863 (PELOTAS, 1994), estabelece que o órgão ambiental municipal, atual Secretária de Qualidade Ambiental (SQA), conjuntamente com o Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM), disposto no artigo 273 da Lei Orgânica Municipal, precisa elaborar um relatório minucioso sobre a qualidade ambiental do município de Pelotas, devendo ser divulgado até o dia 05 de junho de cada ano (Dia Mundial do Meio Ambiente). O Relatório Anual de Qualidade Ambiental (RAMB) tem por finalidade informar aos órgãos municipais e sociedade em geral, informações acerca da situação ambiental anual do município, as mesmas devem ser expostas de forma detalhada, compreensível e transparente (RAMB, 2019, p.2).

Diante do preocupante cenário de crise ambiental em todos os níveis, global, nacional, regional e local, o desenvolvimento da EA torna-se urgente e fundamental para educar a sociedade para o exercício da cidadania ambiental.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei que regula a prática da EA e a caracteriza como política institucional nos traz dois aspectos: a formal e a não formal. Entende-se por EA não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999. Art. 13).

Assim, um dos objetivos do presente trabalho é caracterizar as práticas pedagógicas, concepções e principais vertentes da EA promovidas pela SQA, tendo como documento de referência o Relatório Anual de Qualidade Ambiental de Pelotas (RAMB).

É importante destacar que não existe um conceito único, concepções e/ou vertentes político pedagógicas e tendências da EA (SORRENTINO, 1995; SAÚVE, 2005; LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Neste estudo foram consideradas três macrotendências de EA: a conservacionsita, a pragmática e a crítica, de acordo com o trabalho de LAYRARGUES; LIMA, (2014).

A vertente de EA conservadora está ligada a atividades de senso-percepção ao ar livre, está vinculada aos princípios da ecologia e a valorização da dimensão afetiva em relação a natureza e na mudança de comportamento individual em relação ao ambiente (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.8).

A vertente pragmática é a corrente da educação para o desenvolvimento sustentável e para o consumo sustentável é a expressão do ambientalismo de resulta-

dos, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado, certificações, mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.8).

E por fim a vertente crítica que é popular, emancipatória e transformadora apoia-se com ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação de capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAY-RARGYES; LIMA, 2014.p. 11).

Para SORRENTINO et al. (2005) a EA é um processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir da elaboração de uma pesquisa quali-quantitativo, de caráter exploratório-descritiva, que utilizou para a coleta de dados o levantamento bibliográfico e o levantamento documental (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Foram analisadas (06) seis edições do RAMB. Seguiram-se os passos de análise de conteúdo de Bardin pela análise temática ou categorial (BARDIN, 2016, p. 153). Assim, foram selecionados como unidades de registros palavras ou pequenas frases, as quais foram posteriormente categorizadas em categorias predefinidas conhecidas como macrotendências da EA, sendo elas: tendência conservadora, tendência pragmática e tendência crítica, citadas por LAYARGUES e LIMA (2014).

De acordo com SILVA et al. (2021) buscar por um conteúdo implícito é uma das propostas recorrentes quando se trata da Análise de Conteúdo, o pesquisador necessita ir para além do que o texto coloca, compreendendo e analisando não só as informações dispostas ali, mas também os possíveis sentidos que estes figuram em um segundo plano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados no total 67 atividades de EA desenvolvidos pela Secretária de Qualidade Ambiental (SQA) do município de Pelotas, RS, correspondente a (06) seis edições do Relatório Anual de Qualidade Ambiental (RAMB), 2000/2001, 2002, 2016, 2018, 2019 e 2020 respectivamente. Nos últimos 20 anos não foram editados relatórios anuais, descumprindo o que determina a lei municipal. O Quadro 1 apresenta de forma geral as atividades de educação ambiental desenvolvidas nos respectivos anos e as concepções analisadas.

Quadro 1. Número de atividades das diversas macrotendências político-pedagógicas da EA no RAMB:

RAMB	Conservacionista	Pragmática	Crítica	Sem informação	Total
RAMB-2001	1	10	6	0	17
RAMB-2002	4	4	5	3	16
RAMB-2016	2	3	0	1	6

RAMB-2018	12	1	0	0	13
RAMB-2019	8	6	0	1	15
RAMB-2020*	0	0	0	0	0
Total de Atividades	**27(40%)**	**24(36%)**	**11(16%)**	**5(8%)**	**67(100%)**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Os resultados demonstram que a maioria das concepções de EA que permeiam as atividades da SQA está no campo da macrotendência conservacionista com 40%, seguido por 36% da pragmática e 16% da crítica.

Foi constatado que as práticas estão marcadas por sua característica meramente informativa, comportamental e seu enfoque biológico e ecológico, deixando de lado a perspectiva política, não questiona a sociedade vigente e as dimensões econômicas, políticas, cultural e social ao discutir a questão ambiental.

Além disso, estão voltadas para ações de mudanças de hábito e ações individuais como, por exemplo, a reciclagem de resíduos e não para o debate dos problemas socioambientais, agindo dessa forma na apresentação das conseqüências e não nas causas da crise socioambiental, característica da pragmática.

Para muitos autores a tendência pragmática da EA desperdiça seu potencial crítico ao assumir um viés ideológico que não se opõe ao atual modelo econômico, desconsiderando diferentes recortes sociais e a dinâmica dos padrões de sociedade e civilização vigentes (NOGUEIRA; TEIXEIRA, 2017). Já a macrotendência crítica foi a que teve menor porcentagem de atividades, essa concepção possui como diferencial adotar a concepção de ambiente como socioambiental, está enfatizada na legislação e busca a transformação social.

Para LOUREIRO; LAYARGUES (2013) trata-se de incluir no debate ambiental a compreensão político-ideológica dos mecanismos da reprodução social e o entendimento de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e classes historicamente construídas.

4. CONCLUSÕES

As três macrotendências político-pedagógicas utilizadas como referência nesse estudo foram identificadas nas atividades de EA apresentados pelo RAMB, sendo que a conservacionista, seguida da pragmática foram as mais detectadas nos documentos disponíveis. Infelizmente não foi possível fazer uma análise temporal das políticos-pedagógicas nas duas últimas décadas desenvolvidas pela SQA, pelo descumprimento da legislação e na divulgação dos trabalhos realizados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.795,** de 27/04/1999**.** Institui a Política Nacional de educação Ambiental e dá outras providências.Brasília, DF, 27 abr. 1999. Online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LAYARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade.** v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LOUREIRO, C. F.; LAYARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: Perspectiva de aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

NOGUEIRA, L. S. B.; TEIXEIRA, C. Os entraves da tendência pragmática para uma educação ambiental emancipatória. **Cadernos CIMEAC.** Uberaba, v.7, n.2, p.146-161, 2017.

PELOTAS. **Lei Municipal** 3.863*,* de 9 de agosto de 1994**.** Dispõe sobre a realização de Relatório Anual da Qualidade Ambiental do Município de Pelotas - RAMB, e dá outras providências**.**

SILVA, B. A.; OLIVEIRA, G. S.; BRITO, A. P. G. Análise de conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação. **Cadernos da Fucamp,** Monte Carmelo,v.20, n.44, p.52-66, 2021.

RAMB. **Relatório Anual de Qualidade Ambiental 2019**. Prefeitura Municipal de Pelotas. Secretaria de Qualidade Ambiental. Acessado em 11 de Ago. 2022. Online. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/storage/servicos/meio-ambiente/RAMB%202019%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20OK%20(1).pdf.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. p. 31 - 42.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M e CARVALHO, I. C. (orgs). **Educação ambiental: pesquisas e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

SORRENTINO, M.**Educação Ambiental e Universidade: um estudo de caso.** São Paulo, 1995. Tese (doutorado em Educação) - FEUSP, São Paulo.

SORRENTINO, Marcos. MENDONÇA, Rachel Trajber Patrícia. JUNIOR, Luiz Antonio Ferraro. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.